

DIREITO ECOLÓGICO

PROPOSIÇÃO DE UM SISTEMA NACIONAL DE CONTROLE DA POLUIÇÃO AMBIENTAL

Clarita Galbinski (*)

Ocorre presentemente, no Brasil, o desencadeamento de um processo de modernização da Administração pública, para a implantação de planos intensivos e extensivos, com vistas à aceleração do desenvolvimento econômico e bem-estar de sua população.

A modernização da Administração Pública, para a promoção do desenvolvimento, para criar o fortalecimento das atividades produtivas e zelar pelo bem-estar da população, deve ser entendida sob um enfoque inovador.

Esses esforços compreendem a modernização das condições de vida em todos seus aspectos, físicos e sócio-econômicos, com o objetivo específico da promoção do nível de vida das populações.

Não obstante, as recentes preocupações com os efeitos laterais de nossa transição para uma sociedade de alto consumo não impressionaram, para falar modestamente, os programas oficiais visando à preservação do meio-ambiente.

A organização setorializada e a distribuição de competências do sistema político-administrativo brasileiro nos levam a considerar a necessidade de mecanismos institucionais adequados a uma maior coordenação e integração de políticas e programas, tanto entre os setores quanto entre os distintos níveis administrativos.

(*) Consultor-Jurídico do Estado do Rio Grande do Sul.

Salientamos a necessidade de compatibilizar políticas e programas de ação sobre uma base geográfica.

Essa atuação deve exprimir-se em plano que se traduza em uma efetiva organização do espaço regional, adequando-o à população e às atividades dentro de uma perspectiva dinâmica mas que contemple a racional utilização dos recursos naturais renováveis e não-renováveis.

Evidencia-se, pois, a necessidade de estruturar a administração em Sistema que, efetivamente implantado, significará a programação das ações de uma política de desenvolvimento regional e preservação do meio-ambiente.

Não pode um país em vias de desenvolvimento, como o Brasil, entrar em conflito entre meio-ambiente e desenvolvimento, como ocorre com as sociedades ricas, nos moldes das últimas décadas.

Uma eficiente Administração Pública deve responder positivamente àqueles negativistas que veem como real e inevitável o conflito entre as teorias protecionistas do meio-ambiente e as teorias expansionistas de desenvolvimento econômico. Cabe formular objetivos justos e concretizá-los.

A compatibilização de objetivos conservacionistas e desenvolvimentistas decorrem do conhecimento profundo dos condicionamentos do desenvolvimento e do progresso de sua definição. Eles se realizarão na medida em que forem corretamente instrumentados e tiverem o apoio da comunidade.

Outro aspecto dessa realidade é que, nos projetos que envolvam créditos dos Bancos de Desenvolvimento oficiais, nacionais e internacionais, a análise ambiental deve entrar no processo das negociações, juntamente com a análise econômica, a análise técnica e a análise financeira.

Deve-se, através da institucionalização do Sistema Nacional, desenvolver uma teoria de avaliação de benefícios e custos entre impactos econômicos e ambientais, abrangendo, inclusive, aspectos de transferência de tecnologia.

Cabe salientar, ainda,

- que dessa forma teríamos melhores condições de promover o aumento de produtividade, do rendimento do trabalho e do capital empregado, possibilitando, também, uma ampla reestruturação de nosso sistema de uso de energia e recursos naturais;
- que vamos assistir ao advento, na década de 70, não só de um intenso processo de urbanização no país, como

RCGERS, Porto Alegre, 2(4): 61-64, 1972.

também à gradativa transformação dessas populações de meras comunidades em sociedades organizadas e humanizadas;

- que, contando com a difusão rápida e ampla, através dos meios modernos de comunicação de massas, haverá mudanças radicais no comportamento, mesmo dos mais arraigados, na tradição cultural, social e religiosa;
- que haverá um gradativo aumento de renda nas diversas regiões do país e sua melhor redistribuição.

Face ao exposto e considerando:

1 — que a nível de unidade territorial existem metas não integradas em função dos diversos níveis administrativos: federal, estadual e municipal;

2 — que a realidade brasileira mostra diversidade de padrões sócio-econômicos, não somente entre as diversas regiões como dentro das mesmas;

3 — que a diversificada distribuição da população e a existência de recursos naturais define uma estrutura sócio-econômica territorial, que por sua vez requer a adoção de uma política econômica para cada região levando em conta suas peculiaridades e preservação dos seus recursos naturais;

4 — que ainda inexistem no país programas financeiros adequados, ou fundos capazes de promover o apoio a programas de preservação do meio-ambiente e controle de poluição;

5 — que a administração dos referidos programas é uma função diferente da rotina administrativa, paralelamente a uma política conservacionista e de promoção de mudanças sócio-econômicas e que, portanto, deve a estrutura administrativa adaptar-se a essas mudanças e que, inclusive, deve obter o apoio político e público para poder institucionalizar-se, através de um adequado processo de comunicação;

6 — que de acordo com o espírito da Reforma Administrativa, em implantação pelo Governo Federal, consta como princípio fundamental e indispensável ao seu êxito a mais ampla descentralização através de instrumentos adequados que obtenham a participação local nos investimentos e na capacitação técnica instalada com objetivo de evitar paralelismos de ações que importam na dispersão de recursos;

RCGERS, Porto Alegre, 2(4): 61-64, 1972.

7 — que o Sistema é o instrumento preconizado pelo Decreto-Lei n.º 200, art. 30, para articular convenientemente as esferas do Poder Público e privado em programas governamentais;

8 — que por poluição denomina-se qualquer alteração das propriedades físicas, químicas ou biológicas do meio-ambiente (solo, água e ar) causada por qualquer substância sólida, líquida, gasosa ou em qualquer estado de matéria, que, direta ou indiretamente, seja nociva ou ofensiva à saúde, à segurança e ao bem-estar das populações, que crie condições inadequadas para fins domésticos, agro-pecuários, industriais e outros ou ocasione danos à flora e fauna;

Solicitamos pelo presente a aprovação do IV Congresso Nacional de Procuradores de Estado para:

1 — que seja implantado no país um Sistema de Controle de Poluição Ambiental como instrumento de uma efetiva política de preservação do meio-ambiente;

2 — que tal política deve ser concebida e montada de forma a integrar-se nas metas prioritárias dos governos federal, estadual e municipal;

3 — que sejam criados subsistemas em cada uma das Regiões do país dando especial atenção aos seus mecanismos de coordenação;

4 — que seja promulgada lei visando à execução da política de controle da poluição ambiental;

5 — que, como instrumento de apoio financeiro da implantação da política de controle da poluição ambiental através do Sistema, seja buscada a participação efetiva dos Municípios, Estados e União, através de dotações específicas nos respectivos orçamentos;

6 — que o Sistema seja constituído, sempre que possível, com a participação da União, Estados, Municípios, Associações e entidades privadas;

7 — que a Central do Sistema de Controle à Poluição Ambiental esteja situada no Ministério do Interior;

8 — que o presente documento-base seja enviado ao Presidente da República, como sugestão deste IV Congresso Nacional de Procuradores de Estado.

RCGERS, Porto Alegre, 2(4): 61-64, 1972